



# PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: INTEGRAÇÃO SOCIAL E SUBJETIVIDADE

## FAMILY GRANT PROGRAM: SOCIAL INTEGRATION AND SUBJECTIVITY

Rejane de Souza Correa<sup>1</sup>  
Paulo Roberto Ceccarelli<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma análise com base na Psicologia Existencial-Humanista da realidade vivenciada por famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, que receberam o benefício do Programa Bolsa Família - PBF. Partindo de uma pesquisa realizada em dois municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, o estudo analisou a maneira que os impactos alcançados pelo PBF, na dimensão da insuficiência da renda possibilitaram desdobramentos psicológicos. Os principais impactos analisados foram: autoestima, autonomia, cidadania, sentimento de dignidade e status. O artigo apresenta algumas reflexões importantes para uma execução focalizada e comprometida com a superação das causas de vulnerabilidade social, examinando como os impactos incidiram na intersubjetividade das beneficiárias e, considerando alguns pontos que ainda “entram” a execução do PBF.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Bolsa Família; Self; Intersubjetividade; Autoimagem.

**ABSTRACT:** This article presents an analysis based on Existential-Humanist Psychology of the reality experienced by single-parent families, headed by women and who received the benefit of the Bolsa Família Program - PBF. Based on a research carried out in two municipalities in the metropolitan region of Minas Gerais, the study analyzed the way in which the impacts achieved by the PBF in the dimension of income insufficiency allowed for psychological developments. The main impacts that were analyzed are self-esteem, autonomy, citizenship, sense of dignity and status. The article presents some important reflections for a focused and committed execution to overcome the causes of social vulnerability, examining how the impacts affected the intersubjectivity of the beneficiaries and considering some points that still “impede” the implementation of the PBF.

**KEYWORDS:** Programa Bolsa Família; Self; Intersubjectivity; Self-image.

---

## 1 INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2015, um grupo de acadêmicos do 3º período, no âmbito do Estágio Básico II, que compõe o currículo do Curso de Psicologia da PUC Minas em Betim, realizou uma prática investigativa com o tema: “Programa de renda mínima como política de enfrentamento à pobreza com ênfase no estabelecimento de redes de apoio”. A pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa Bolsa Família - PBF, que é entendido no estudo como uma expressão atual do processo de desenvolvimento histórico dos Programas Sociais. Essa pesquisa foi realizada no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Processos Sociais – NEPPSO. O objetivo da investigação foi identificar as estratégias e mecanismos utilizados para apoiar as famílias assistidas pelo PBF, verificando possibilidades de articulação do pro-

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da PUC Minas Betim. rejanecorrea.dn@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise por Paris VII. Professor do Curso de Psicologia da PUC Minas Betim. paulorcbbh@mac.com

grama com outros equipamentos sociais que compõem a rede de desenvolvimento social e o fortalecimento dos excluídos.

Partindo dessa pesquisa realizada em dois municípios da região metropolitana de Belo Horizonte/MG, com profissionais e mulheres beneficiárias do PBF, esse artigo analisou os efeitos do programa junto ao seu público alvo, tanto nos espaços familiares quanto nos públicos. Debruçou-se de maneira mais aprofundada nas possibilidades e limites do PBF em promover transformações efetivas na intersubjetividade das mulheres atendidas pelo programa. Pretende-se conhecer as transformações ocorridas nas vidas das famílias beneficiárias, visando à proteção social como forma de alavancar processos de crescimento e fortalecimento individual e familiar, analisando através dos dados produzidos na prática investigativa, os efeitos intersubjetivos do PBF em seus beneficiários. Nesse estudo foram selecionadas quatro das dezesseis entrevistas realizadas - Fátima, Bete, Beatriz e Pedro<sup>3</sup> - para elucidar e fundamentar as discussões dos resultados alcançados pela pesquisa. Essa escolha decorreu da riqueza e relevância dos depoimentos à compreensão do tema discutido nesse artigo. Apropriou-se de alguns conceitos da Teoria Existencial-Humanista para discutir duas das cinco categorias analisadas na pesquisa de campo: impactos gerados e “nó crítico” na execução.

O PBF é, atualmente, a principal política redistributiva do Brasil. A partir da hipótese de que a baixa condição socioeconômica, a que uma grande parcela da população brasileira está inserida, impacta o bem-estar psicológico do sujeito, examinaram-se nesse artigo os efeitos dessa política na subjetividade das mulheres que receberam e administraram a transferência monetária do PBF. O conhecimento que abrange as políticas públicas não se esgota, sendo sempre atual e capaz de proporcionar mudanças concretas na sociedade brasileira. Por ser o PBF uma política pública de suma importância, tanto pelos impactos gerados como pela abrangência do programa, entende-se que há necessidade de ampliar o conhecimento sobre os sujeitos que estão emergindo a partir da aquisição dos benefícios produzidos tanto pelo acréscimo monetário como pela apropriação da população dos direitos à saúde e educação que a imposição das condicionalidades pretende garantir. Devido à complexidade desta política pública e aos entraves que ainda persistem e não foram superados a temática do PBF é indispensável, tornando-se relevante a criação de locais de discussão que suscitem ferramentas capazes de mobilizar a sociedade no envolvimento de questões relacionadas às políticas públicas.

---

<sup>3</sup> Nomes fictícios selecionados a partir da Sigla PBF, sendo cinco nomes com P, cinco com F e seis nomes com B.

O trabalho de campo foi efetivado em dois momentos. Primeiramente as entrevistas foram realizadas com as equipes do corpo técnico como gestores, assistentes sociais, psicólogos, técnicos sociais, entre outros. Foram entrevistadas quatro pessoas no município de referência macro e duas pessoas no município de referência micro. As entrevistas do corpo técnico ocorreram tanto com funcionários do núcleo central do PBF em âmbito municipal como com funcionários dos Centros de Assistência Social - CRAS. No segundo momento, foram realizadas dez entrevistas com representantes de famílias monoparentais em diferentes bairros das cidades pesquisadas. No município com maior número de beneficiários foram realizadas seis entrevistas e no com menor número de usuários quatro entrevistas.

Superadas algumas dificuldades iniciais no processo de articulação dos entrevistados, as entrevistas ocorreram com muita agilidade por parte dos membros do grupo de pesquisadores, em clima de tranquilidade e confiança. Todo o processo de coleta de dados foi organizado com os municípios parceiros. O registro dos dados coletados se deu através de anotações e gravações de áudios mediante a autorização dos participantes da pesquisa, que esclarecidos, assinaram um termo de consentimento. Alguns pesquisadores relataram que algumas famílias apresentaram certo receio quanto à pesquisa, imaginando que ela fosse algo oficial do governo. Nesses casos, somente após muito diálogo essa “barreira” era rompida e a pesquisa fluía como planejada. Na maioria dos casos, as famílias demonstraram grande interesse e motivação em participar e contribuir com a pesquisa.

Ao traçar um perfil das famílias entrevistadas, notou-se que, em ambas as cidades, as mulheres eram donas de casa, que realizavam trabalhos informais, possuíam apenas o ensino fundamental incompleto, residiam em casa cedida ou alugada com seus filhos e netos totalizando, no máximo, seis pessoas por domicílio e já recebiam o benefício há mais de dez anos. Foram realizadas dezesseis entrevistas semi-estruturadas de amostra aleatória em dois estágios, respeitando os princípios do método qualitativo. Os dados construídos foram organizados e estruturados em categorias analíticas e submetidos à análise de conteúdo o que permitiu uma interpretação e entendimento sobre o tema estudado a partir da revisão bibliográfica.

A análise da categoria analítica dos impactos gerados pelo PBF permitiu entender que as mulheres atendidas pelo PBF se tornaram mais fortalecidas e seguras. Com o benefício conquistaram confiança em seu poder de garantir uma vida mais digna para seus familiares. Ao gerenciar o recurso financeiro, as mulheres se tornaram mais qualificadas e autônomas nas tomadas de decisão. Com o recebimento do benefício elas tornaram-se detentoras de um recurso que, apesar de não ser suficiente para garantir uma vida digna, auxilia nas necessidades mais fundamentais e básicas, possibilitando uma vida menos sofrida e um pouco mais digna.

Tratando de realidade vivida por outro é inadmissível descrevê-la sem dar voz a quem a vive:

Na hora que nós detectamos: ‘ah! Seu benefício está liberado, você vai receber’, a mulher começou a chorar, aí eu falei assim: ‘minha senhora, a senhora está passando mal? A senhora está sentindo alguma coisa?’ Ela falou: ‘Não, eu estou emocionada, porque meu benefício está liberado e eu estou precisando de coisa lá em casa para comer!’ (Fátima, 09/2015).

Erradicar a pobreza no país ainda é um desafio, há muito que avançar na metodologia, execução e controle de irregularidades do PBF. O estudo mostrou que o caminho é árduo para que essa política pública possa se aproximar mais efetivamente da construção de um Brasil com condições plenas para todos. Um Brasil menos desigual é possível à medida que mais pessoas vão conquistando modos de subsistência mais dignos e justos. A erradicação da pobreza está longe de ser uma realidade no país, no entanto, avanços vêm acontecendo e o PBF é parte importante nessa conquista.

## **2 UMA BREVE HISTÓRIA DO PBF**

A partir da constituição de 1988 o Brasil consolidou novos e importantes aspectos para criação de um novo sistema brasileiro de proteção social. “A Carta Magna de 1988, equiparou o status da assistência social ao das outras políticas sociais que formam a espinha dorsal das políticas sociais: educação, saúde e previdência” (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 07). Os autores afirmam que o Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantido na Carta Magna, evidência a existência da pobreza enquanto um risco social, assim, os riscos sociais de pobreza passaram a existir legalmente. Outro marco importante para a consolidação do sistema de proteção social para Soares e Sátyro (2009), é o projeto de Lei nº 2561, aprovado em 1991, propondo a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM, que garantia aos brasileiros carentes uma renda mínima vital, considerando a renda individual e não per capita. Este projeto de lei nunca foi votado pela câmara, no entanto, em 2004 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou um substitutivo através da Lei nº 10.835. Para os autores, a partir daí completa-se a estrutura conceitual que tem por fundamento principal a condição de pobreza dos indivíduos, no sistema de proteção social. Na prática o que se implementa, no Brasil, é um programa de transferência de renda condicionada.

A principal diferença é que, enquanto o único critério para os programas de garantia de renda mínima é a renda, os programas de transferência de renda condicionada

também exigem contrapartida dos beneficiários, em geral que se engajem em ações em benefício próprio e de suas famílias. Há na literatura quem considere esta uma diferença fundamental e há quem a considere um pequeno detalhe operacional (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 08).

O PBF “foi implantado pelo Governo Federal Brasileiro em outubro de 2003 com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país e promover inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social” (BURLANDY et al, 2007, p. 86). Ele resultou da trajetória de políticas públicas centralizadas na discussão em torno da capacidade do Estado em promover justiça social e equidade. Segundo Guimarães (2009) políticas públicas trata-se de

um conjunto de ações estudado, planejado e organizado pelo governo, com ou sem a participação dos setores privados e não governamental voltado para a resolução de problemas específicos ou simplesmente para o desenvolvimento da sociedade (GUIMARÃES, 2009, p. 12).

Esta é uma definição entre tantas outras. Podemos conceituá-la como decisão ou plano de ações tomadas pelo Estado diante de uma situação-problema enfrentada, que tem como objetivo produzir efeitos específicos e influenciar a vida dos cidadãos. As políticas públicas surgem nos Estados Unidos. Aqui no Brasil são implementadas em vários setores como educação, saúde, segurança pública, no intuito de garantir os direitos de cidadania da população brasileira.

A finalidade de assegurar as famílias atendidas, através da ação do Estado, o direito de alimentação visando à erradicação da extrema pobreza e da pobreza e, assim, contribuindo com a conquista da cidadania é exatamente o que faz do PBF uma política pública.

Entende-se por transferência de renda “uma transferência monetária direta, efetuada a indivíduos ou famílias” (Silva, 2007, p. 1429). Tendo por suposição a articulação de renda com políticas e programas estruturantes direcionados as famílias pobres com a finalidade de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social que permitam interromper o ciclo da pobreza e sua reprodução, garantindo a proteção social. Em conformidade com Guimarães e Almeida (2013) a proteção social

é compreendida como o alcance de mínimos sociais de sobrevivência e inclusão, capazes de assegurar a seu público alvo a superação de um patamar de vulnerabilidade que o mantém excluídos dos mais elementares bens, serviços e redes socio-relacionais (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013, p. 141).

Conforme a Lei 10.836 que regulamenta o programa, em seu desenho institucional, o PBF envolve as três esferas governamentais. Ele está vinculado ao Ministério de Desenvol-

vimento Social e Combate à Fome - MDS sendo uma das prioridades do Governo Federal. A Caixa Econômica Federal – CEF, além de “agente pagador”, controla a base de dados no qual o PBF é baseado. Destaca-se ainda o CRAS, que presta junto ao PBF serviços educativos direcionados as crianças, jovens, adultos e idosos dos centros de convivências. Fica a cargo do programa de assistência social qualificar e incentivar os benefícios e serviços sócio-educativos e políticos dentro do PBF. A focalização nas famílias como unidades de intervenção é um aspecto importante do programa. Dessa forma, visa-se uma possibilidade maior de impactar as condições de vida da população carente. O artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 10.836, que criou o PBF, define família como:

Unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 12).

Para receber o recurso financeiro do PBF as famílias precisam se cadastrar no Cadastro Único. O benefício é solicitado para famílias com renda mensal de até R\$170,00 por pessoa. Famílias com renda mensal entre R\$85,01 e R\$ 170,00 só ingressam no programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Famílias com rendas inferiores a R\$ 85,01 por pessoa podem ingressar sem restrições de idade dos membros. Para se beneficiar do programa, a família precisa ser elegível e classificada na linha de pobreza ou extrema pobreza. Também é preciso que haja possibilidades orçamentárias, pois, o programa possui orçamento definido. Em contrapartida é exigido do público alvo o cumprimento de algumas condicionais referentes à saúde e educação. No caso de descumprimento é aplicado medidas punitivas que podem chegar à suspensão do benefício (BRASIL, 2015).

Para Silva (2007), o PBF pretende a garantia de direitos básicos no intuito de impactar a autonomização das famílias atendidas. No entanto, não há oferta suficiente destes serviços sociais básicos nos municípios do país, o que acarreta dificuldade no cumprimento das condicionalidades. Outro ponto apontado pela autora como um limite do PBF é a renda como critério único para dimensionar a pobreza. Todavia, estudos comprovam a eficiência dos programas de transferência de renda na diminuição da pobreza e desigualdade social, atribuindo ao PBF significativo papel na superação da pobreza, por se focalizar em famílias de baixa renda. De acordo com a ONU (2011), o PBF foi citado como um bom exemplo de política pública na área de assistência social no Relatório sobre Erradicação da Pobreza do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, para o Conselho Econômico Social - ECOSOC. O programa foi destacado pelos resultados alcançados na redução da pobreza e melhoria das condições

sociais de brasileiros, sendo referenciado como política acessível em termos econômicos para países em desenvolvimento (ONU, 2011). Contudo, o PBF apesar de seus avanços e impactos reconhecidos, ainda é muito criticado e polemizado, por existir impasses fundamentais e importantes em sua concepção e execução.

### 3 CONTRIBUIÇÕES DO PBF NA CONSTRUÇÃO DA AUTOIMAGEM

Bichir (2010) informa que em diversos países da América Latina, assim como no Brasil, tem ocorrido uma alteração dos padrões de intervenção do Estado no combate à pobreza. Os programas de transferência de renda focalizados em grupos mais vulneráveis da população veem se destacando como política pública de enfrentamento à fome e desigualdade social. Assim, “o Programa Bolsa Família é hoje o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, beneficiando, em 2007, 11,1 milhões de famílias ou 46 milhões de pessoas” (BICHIR, 2010, p. 116).

Analisando a categoria analítica dos impactos gerados pelo PBF, percebeu-se que o PBF além de incidir diretamente na dimensão da insuficiência de renda das famílias na linha de extrema pobreza e pobreza, também possibilitou o acesso a bens e serviços públicos, funcionando como um mecanismo de inclusão social. Bete, uma funcionária do corpo técnico do programa, elucida, com sua prática profissional, esse aspecto mencionado:

Eu percebo isso pelas entrevistas. Quando elas vêm fazer o recadastro a gente vê que houve uma melhora, muitos já conseguiram emprego, tanto é pela forma como eles comparecem aqui, mais bem vestidos, a renda, seus gastos, você tem que declarar gastos, a gente vê que eles gastam mais (Bete, 09/2015).

Teresa Cristina S. Erthal (1990) afirma que a imagem que um indivíduo tem de si – Self<sup>4</sup> – é um fenômeno social “a ação social antecede o eu e proporciona a sua formação” (ERTHAL, 1990, p. 60). A partir da percepção que uma pessoa tem de sua realidade ela vai produzindo sua conduta. Portanto, as experiências vivenciadas pelo indivíduo vão caracterizando o seu autoconceito ou autoimagem. “A medida que ela se experimenta no mundo vai se conhecendo” (ERTHAL, 1990, p.59). Desse modo, o sentido de identidade é influenciado, em certa medida, pela percepção intersubjetiva dos papéis desempenhados por cada pessoa. O

---

<sup>4</sup> O conceito de Self utilizado aqui “é o Self-fenomenal, que significa o campo fenomenológico – conjunto de experiências que influencia o comportamento – que o indivíduo experimenta como parte de si mesmo. É ao mesmo tempo Self-como-objeto (pois consiste de experiências próprias) e Self-como-processo (pois é o agente que instiga o comportamento)” (ERTHAL, 1990, p.59).

self vai surgindo conforme cada indivíduo experimenta a si mesmo como objeto social, ou seja, ao assumir atitudes e atribuir respostas nas interações com os outros. Na busca pelo entendimento dos efeitos intersubjetivos proporcionado pelos impactos do PBF na subjetividade dos seus beneficiários, percebeu-se que o programa tem obtido resultados importantes na construção da autoimagem de seus beneficiários ao possibilitar um acréscimo significativo de autoestima, de autonomia, de cidadania e sentimento de dignidade e de status.

Rogers (2005), na prática de sua abordagem centrada na pessoa, postula que o aumento da capacidade da consciência de si torna “possível uma escolha mais bem fundamentada, uma escolha mais livre de introjeções, uma escolha consciente mais em sintonia com o fluxo evolutivo”. (ROGERS, 2005, p. 46) O depoimento de Beatriz ilustra como o recebimento do benefício financeiro impacta positivamente a subjetividade das mulheres atendidas:

Mudou muito na minha casa, mudou muita coisa. Posso está fazendo uma conta ali no mercado, contando com ele, porque eu sei que tal dia eu vou receber, aí eu vou lá e pago o que eu comprei. Então isso é uma coisa que eu não tinha “NOME” para compra em lugar nenhum. Não tinha como eu falar assim: ‘amanhã eu vou ter um dinheiro para mim pagar, para estar pagando’. Não podia contar com isso! Hoje eu posso comprar com o Bolsa Família, fazer uma conta, pensando no meu Bolsa Família. É um mercado, uma verdura, é a farmácia, posso está pagando com esse dinheiro (Beatriz, 10/2015).

Este relato demonstra que o PBF não é apenas um auxílio monetário. A garantia ao direito mais elementar e necessidade primeira: a alimentação, que é o objetivo principal desta política pública, proporciona aos atendidos as condições fundamentais para desenvolverem autonomia e sentirem-se cidadãos plenos de dignidade frente à sociedade. Com o cartão Bolsa Família, os atendidos vão gerenciando o recurso recebido e garantindo a sobrevivência da família.

São os atendidos que decidem onde investir o recurso econômico, por isso o PBF é um benefício que requer do usuário administração e tomada de decisão. Assim, o PBF possibilita uma qualificação do sujeito no processo de autonomização. Quanto mais consciência de si, conforme propõe Rogers (2005) e, uma autoimagem mais próxima do self real, mais qualificadas são as escolhas de um indivíduo. Essa autonomia e essa liberdade na administração do recurso financeiro exigem que os beneficiários convoquem arcabouço psíquico, que possam torná-los mais autossuficientes. As consequências sociais das escolhas permitidas através do recebimento do benefício vão protagonizando os atendidos e qualificando o seu modo de relacionar-se no mundo e com o outro.

Outro impacto extremamente importante ilustrado pelo relato anterior é a elevação da autoestima. Para Erthal (1990), “a autoestima elevada geralmente decorre do fato do indivi-

duo ser capaz de realizar feitos tão bem, ou melhor, que a maioria das pessoas” (ERTHAL, 1990, p. 61). Sendo o público alvo do PBF constituído por uma maioria de trabalhadores informais, a aquisição de uma renda garantida, como é denominado o PBF pelas entrevistadas, permite que seus beneficiários se enquadrem em patamares aceitos socialmente, o que gera confiança em seu poder de garantir o sustento da família. Segundo Erthal (1990) para compreendermos como a pessoa percebe a si mesma de maneira real e integrada precisamos encontrar

o projeto original de um indivíduo, precisamos compreender a imagem que ele aprendeu a ter de si próprio; a totalidade de significações que ele assegura à sua existência. Examinando historicamente a vida de uma pessoa, não como uma forma de descobrir as causas determinantes do comportamento, mas para entender o processo de valorização que o indivíduo faz de suas alternativas de vida, procura-se entender a formação desse projeto (ERTHAL, 1990, p. 65).

A partir dessas ideias desenvolvidas pela autora, acredita-se que a condição socioeconômica afeta diretamente o processo de integração do self de um indivíduo, por atingir o seu ser-no-mundo e o seu ser-com-outro. Desse modo, no que se refere à categoria analítica dos impactos gerados pelo PBF, conclui-se que a situação de pobreza em que o público alvo do Bolsa Família está inserido restringe com severidade os recursos psíquicos da pessoa. Sendo assim, o PBF é de suma importância na construção e desenvolvimento de uma autoimagem forte, ampla e fiel a um self psicológico dos esforços, dos sentimentos e das ações, por possibilitar experiências sociais concretas, através do poder de compra. Essas experiências sociais garantem sentimentos e atitudes de valorização, geram status e protagonizam indivíduos em situação de vulnerabilidade e sem meios satisfatórios de subsistência material.

#### **4 “ACERTANDO O PASSO”: RUMO A UMA EXECUÇÃO MAIS QUALIFICADA**

As políticas sociais, em conformidade com as ideias de Castro et al (2009):

Constituem um subconjunto das políticas públicas relacionando as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado e se relacionam à distribuição de benefícios sociais para reduzir as desigualdades estruturais decorrentes da trajetória do desenvolvimento socioeconômico, usualmente nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc., e executadas sob a responsabilidade do Estado. Refletindo isso, as políticas sociais passaram, pois, a tratar da inclusão – no emprego, na moradia, na escola, no sistema de saúde. Teoricamente, emerge a necessidade de criar e manter mecanismos de integração social, o que se daria pela construção de parcerias com entidades civis e comunitárias (CASTRO et al, 2009, p.334).

O Programa Bolsa Família é uma política nacional complexa, importante e muito abrangente que envolve vários setores estatais. Analisando os dados da categoria “nó crítico” na execução do PBF, encontraram-se muitos limites que ainda esperam por resposta. Apesar de mais de doze anos terem se passado, após sua implantação, este estudo demonstrou que o PBF avançou muito em termos de estratégias e metodologia, porém, ainda há muito a ser superado na execução do programa. Existem muitos “entraves” nas ações de suporte aos beneficiários. Conforme os depoimentos, as estratégias se concentram basicamente em corrigir ou encontrar irregularidades, sendo o descumprimento a maior preocupação das medidas adotadas.

Problematizando as questões que envolvem o suporte oferecido as famílias atendidas para além do recurso monetário, observa-se que há aspectos importantes que são apontados pelos entrevistados. Em ambos os municípios, não há suportes direcionados apenas para o público alvo do PBF, o que existe na prática são ações destinadas às famílias em vulnerabilidade social e, os beneficiários do programa têm prioridade nestas ações, conforme expressa o seguinte relato: “Nós não fazemos o acompanhamento das famílias do Bolsa Família propriamente dito, a gente faz um acompanhamento das famílias mais vulneráveis” (Bete, 09/2015). De acordo com as entrevistas do corpo técnico, os beneficiários são encaminhados ao PRONATEC e para cursos profissionalizantes.

No entanto, as mulheres entrevistadas reportam que as informações a respeito de cursos profissionalizantes são insuficientes e quase inexistentes. Várias entrevistadas disseram que gostariam de participar desses cursos. Outras alegaram conhecer a existência dos cursos, mas pela falta de tempo ainda não se inscreveram. Uma entrevistada informou que já participou de cursos. Os dados construídos pela pesquisa sugerem que as ações que poderiam auxiliar e acelerar o fortalecimento dos atendidos ainda são poucas e desarticuladas. Não há investimentos efetivos em medidas que possibilitem uma superação das causas de vulnerabilidade, e o objetivo metodológico das condicionalidades não tem sido alcançado de maneira direta e pontual, o que ainda faz do programa uma medida paliativa.

Tendo em vista que as condicionalidades visam assegurar direitos para, ao longo do tempo, superar o ciclo gerador da pobreza, o estudo demonstrou que da maneira que estão estabelecidas, elas não estão atingindo seu foco, pois se mostraram pouco eficientes no que tange a apropriação de direitos por parte das beneficiárias. Os dados mostraram que, devido a problemas no âmbito governamental dos serviços públicos e a pouca conscientização por parte das famílias da importância da saúde e educação na superação de suas vulnerabilidades, as condicionalidades geram impactos, mas não contribuem efetivamente para a superação das

causas da pobreza. No entanto, apesar dessas limitações, o PBF vem exercendo seu papel fundante.

Ao se falar dessa política pública é preciso considerar sua finalidade factual que é o combate à fome, já que se trata da estratégia principal do governo que o implantou na garantia de justiça social no Brasil. Por mais que haja um longo caminho de adequação e aperfeiçoamento em sua execução, o estudo deixa claro, através de vários depoimentos, que o dinheiro é utilizado na maioria esmagadora dos casos para matar a fome:

A gente vê que de fato, as pessoas que vêm aqui, usam o benefício para comer. Elas usam ele para ir no supermercado comprar o arroz com o feijão. Quando bloqueia vem aqui dizendo: ‘moça, na minha casa não tem nada, eu estou precisando desse dinheiro para comprar a minha comida!’ (Fátima, 09/2015).

A partir dos dados da pesquisa, comprovou-se que o combate à fome é o principal impacto do programa. Tanto nos relatos do corpo técnico como nos relatos das mulheres ficou muito nítido esse impacto. Expressões como: “comida para os meus filhos”, “compra de alimentos”, “dinheiro garantido”, “é para comer”, “única renda” são recorrentes nos discursos de técnicos e mulheres dos dois municípios pesquisados. Não há como negar os impactos e importância do PBF para milhares de idosos, homens, mulheres e crianças que encontram, neste auxílio de renda, uma fonte financeira indispensável na luta diária por condições morais, psicológicas, sociais e físicas dignas e humanizadas que devem ser garantidas a todos.

Apesar do alcance e contribuições gerados pelo PBF, e também da função que ele vem exercendo junto a uma grande parcela da população brasileira, notou-se nos entrevistados uma insatisfação com a representação social desse programa no país. Na quase totalidade das entrevistas realizadas, tanto com o corpo técnico como com as beneficiárias, foi possível perceber uma angústia e ao mesmo tempo um anseio de que o PBF e seus beneficiários possam ser respeitados assumindo uma representação social condizente com a realidade concreta do papel que o programa tem, junto à sociedade brasileira. Todos os técnicos e gestores entrevistados, sem nenhuma exceção, se nomearam como defensores desta política pública. O depoimento de um gestor de um dos CRAS pesquisado resume bem os sentimentos expressos por profissionais e beneficiários:

O Bolsa Família que não é a lógica que hoje é construída na sociedade, uma lógica que o usuário do PBF é um... Vou usar uns termos assim... Que é ‘vagabundo’! Que ele não trabalha. Não é assim! Muito pelo contrário. Se fizermos uma pesquisa quantitativa para vocês, nós vamos mostrar que oitenta por cento, vou colocar assim, desses beneficiários, dependendo da composição familiar, são trabalhadores e, a complementação de renda está no PBF. [...] Então o Estado, o Governo Federal e o

Municipal precisam se unir para fazer uma discussão mais ampliada de como vencer, mostrar a sociedade, inclusive a sociedade de quem não depende desse serviço, que na verdade é um benefício que complementa e que tem regras, inclusive para inserção no mercado de trabalho, para a qualificação profissional. Isso é básico no serviço! Só que infelizmente isso não é passado, aí fica essa imagem que a gente tem na sociedade, no facebook, essa imagem estereotipada do programa. (Pedro, 10/2015)

Esta representação social que uma parcela da sociedade brasileira confere ao PBF causa, tanto aos beneficiários quanto aos profissionais, um desconforto e incômodo, por não retratar a realidade do programa conforme comprovou a pesquisa. O discurso social de que o PBF é uma esmola gera tristeza nas mulheres pesquisadas e é condenado por elas. Elas afirmam que “só quem necessita dele para dentro de casa sabe a diferença que faz” (Fátima, 09/2015). Ambos os grupos entrevistados sugerem maior combate à irregularidade por parte do governo, assim como maior divulgação dos resultados obtidos, para que os brasileiros possam superar a visão distorcida do programa. Um ponto surpreendente nos dados foi que os entrevistados, que representam o corpo técnico, demonstraram uma mudança de visão em relação ao PBF após passarem a trabalhar com essa política pública. Todos os entrevistados atribuíram muita importância ao programa no enfrentamento e superação da fome e pobreza no país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia Existencial-Humanista é uma ciência que postula o entendimento do outro a partir do conjunto de significações e sentidos que cada ser único e singular atribui a si, ao outro, aos fenômenos. Essa abordagem entende que a pessoa é o único ser capaz de significar a sua existência. Desse modo, esse estudo buscou compreender as contribuições do PBF na construção e desenvolvimento da autoimagem dos beneficiários a partir das vivências pessoais e da subjetividade das mulheres atendidas pelo programa em uma análise centrada na pessoa que recebe o recurso financeiro.

Sendo assim, os dados coletados possibilitaram perceber que o Programa Bolsa Família, apesar de suas falhas, vem atingindo sua finalidade principal, junto a milhares de usuários que encontram no recurso financeiro uma maneira de garantir sua necessidade primeira que é a alimentação. O estudo mostrou que o alcance desta garantia vai muito além do sustento físico impactando de maneira direta, profunda e concreta o self individual e as representações intersubjetivas das famílias atendidas. A imagem de si que os usuários vão delineando, a partir do recebimento financeiro, configura uma formulação, sistematização e racionalização de

respostas frente a dramas existenciais de subsistência de uma população abdicada por vulnerabilidades abrangentes. Na busca por respostas ao entendimento do que consiste o ser imerso na pobreza extrema e linha de pobreza, que o público alvo desta política pública se encontra, o estudo demonstrou que o PBF é uma valiosa ferramenta frente às possibilidades do existir humano.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Bolsa Família: O que é. Como funciona. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>. Publicado em 01/07/2015. Acesso em 29 de novembro de 2017.
- BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 115-129, July 2010. disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 de março de 2016.
- BURLANDY, Mônica de Castro Maia Senna Luciene, et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a10>>. Acesso em 14 de março de 2015.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opin. Publica**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355, Nov. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762009000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 de março de 2016.
- ERTHAL, Tereza Cristina Saldanha. **Terapia vivencial**: uma abordagem existencial em psicoterapia. Ed. Vozes, Petrópolis, 2ª edição, 1990.
- GUIMARÃES, Flávio Barcellos. **Guia de políticas públicas para o desenvolvimento econômico municipal**. SEBRAE/ MG, Publicado em 2009. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/tipuri/guia-de-politicas-pblicas-par-o-desenvolvimento-economico>. Acesso em 20 de abril de 2015.
- GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In.: ACOSTA, Ana Rojas; VILATE, Maria Amalia Faller (orgs). **Famílias, Redes, Laços e Políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- ROGERS, Carl Ransom. **Um jeito de ser**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Pedagógica e universitária, 2005.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, Dec. 2007. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 de março de 2015.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, impactos e possibilidades futuras**. IPEA. Brasília: Governo Federal. Publicado em 2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4980](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4980). Acesso em 03 de março de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Programa Bolsa Família é exemplo de erradicação da pobreza, afirma relatório da ONU**. Publicado em 2011. Disponível em <<http://www.onu.org.br/programa-bolsa-familia-e-exemplo-de-erradica-cao-de-pobre-za-afirma-relatorio-da-onu/>>. Acesso em 03 de março de 2015.